



João Baptista Fortes de Oliveira | PR



Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita | PI



Elaine Aparecida Saad Larcipretti | SP



Ionara Vieira Moura Rabelo | GO



Jusele de Souza Matos | AP



Jose Neander Silva Abreu | BA



Marina Saraiva Garcia | DF



Fátima França | SP



Roberto Moraes Cruz | SC



Anna Carolina de Almeida Portugal | RJ



Débora da Silva Noal | DF



Rodrigo Tôres Oliveira | MG



Maria Christina Accioli Freire | SP



Adalgisa Aparecida Lopes Guimarães Pereira | MG



Cristiana Ornellas Renner | SP



Kathia Nemeth Perez | TO



Carlos Irineu Granja Costa | CE



Andressa de Amorim Fonseca | MT



Elton Hiroshi Matsushima | RJ



Angelo Brandelli Costa | RS



Maria Claudia Goulart da Silva | SC



Maria da Graça Corrêa Jacques | RS

Você sabia que pode fortalecer a profissão também no WhatsApp? Basta adicionar o número (11) 93082 8315 no seus contatos, preencher o cadastro em www.bit.ly/eleicoesconselhospsicologia e pronto, você já fica por dentro de todas as notícias sobre a Chapa 22, Fortalecer a Profissão! Conheça algumas de nossas propostas e acesse nossas mídias sociais para dialogarmos



FORTALECER A PROFISSÃO - CHAPA 22

É hora de Fortalecer a Psicologia em todo o Brasil! Para isso, o Fortalecer a Profissão, Chapa 22, uniu profissionais de diversos campos de atuação e regiões do país. Somos psicólogas e psicólogos com a proposta de construir um projeto alternativo na Psicologia, que valorize cada profissional, bem como a pluralidade das práticas psicológicas em nossa sociedade. Consideramos que o CFP precisa contemplar como eixos centrais de sua política e ações o exercício profissional das(os) psicólogas(os), a conduta ética e o compromisso com os direitos humanos fundamentais!

EIXO 1 FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Regulamentar o exercício da Psicoterapia; Avaliação psicológica em todas as renovações de CNH;

Defesa das 30 horas para a categoria;

Buscar melhores condições para atendimentos, serviços e tratamentos psicológicos, junto aos Planos de Saúde;

Fortalecer e atualizar a política de honorários profissionais nos diferentes segmentos de atuação dos(as) psicólogos(as);

Defender a realização de Concursos e a obrigatoriedade da presença da(do) profissional de Psicologia em políticas públicas: Escolas, CAPS, NASF, Hospitais/UTI, Ambulatórios, Delegacias de Defesa da Mulher, Delegacias de Defesa da Criança e do Adolescente, Varas de Justiça e contextos esportivos;

Realizar campanhas de promoção, informação e difusão da Psicoterapia como meio de prevenção de adoecimento e sofrimento mental, tratamento e reabilitação;

Realizar eventos com diferentes categorias profissionais, Associações e Organizações para elucidar sobre métodos e técnicas privativas da psicologia;

Produzir referências teóricas, éticas e técnicas para as práticas psicológicas em Organizações e Consultorias; e utilização das Tecnologias de informação e Comunicação;

Produzir referências teóricas, éticas e técnicas para a atuação em Redes de proteção a crianças e adolescentes nos municípios;

Construir parâmetros para a atuação nas políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Trânsito e Mobilidade

de urbana, Psicologia Jurídica; Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres; Psicologia do Esporte

Discutir com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Depen formas para garantir às(aos) psicólogas(os) liberdade técnica para seu exercício profissional, inclusive envolvendo perícia e depoimento especial, além de discutir sobre prazos de entrega e validade das perícias;

Atuar junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para a aprovação de projetos de leis sobre abertura e ampliação de vagas de psicólogos(as) em diferentes áreas das Políticas Públicas;

Acompanhar Projeto de Lei 3688/2000 sobre a inserção de psicólogos nas escolas públicas da educação básica rede pública de educação do país;

EIXO 2 ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E ATUAÇÃO INTERSETORIAL

Apoiar a divulgação da ciência psicológica para a sociedade, seja via publicações, programas ou ações;

Estabelecer política de desconto no valor das anuidades para recém-formados;

Promover auditoria técnico-financeira nas contas do CFP;

Fortalecer a defesa do Ensino Presencial para a graduação em Psicologia;

Implementar agenda de enfrentamento aos cursos irregulares de Psicologia;

Realizar editais públicos de apoio à realização de eventos científicos e profissionais em Psicologia;

Promover o acesso on-line às orientações/solicitações de interesse da(o) psicóloga(o), buscando reduzir custos e facilitar o acesso;

Finalizar a revisão da Resolução sobre o Título de Especialistas, considerando: a nova legislação educacional sobre as especializações; as características da nova CIP; as exigências sobre a digitalização de documentos - SEI; as demandas dos profissionais acerca das especialidades;

Enfoque na internacionalização da Psicologia, buscando compartilhar conhecimentos produzidos no Brasil com diferentes atores internacionais;

EIXO 3 COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS

Fortalecer a Comissão de direitos humanos do CFP, ampliando sua composição e objetivos institucionais;

Fortalecer a reforma psiquiátrica e luta antimanicomial, buscando enfrentar retrocessos da Política de Saúde Mental em vigor;

Reforçar a importância junto a categoria e sociedade e defender as resoluções 001/99 e 001/18 dos ataques que tem sofrido no âmbito do congresso e justiça;

Discutir, de forma permanente, as situações e contextos de violência e violações de direitos: questões de gênero; étnicas e raciais; crianças e adolescentes; homofobias e

transfobias; instituições de privação de liberdade e confinamento; outros;

Elaborar referências técnicas para o trabalho com a população LGBT nos diferentes contextos de atuação da psicologia (clínica, trabalho, escola, avaliação, políticas públicas, dentre outros) tendo em vista os marcos éticos e políticos presentes nas resoluções 001/99 e 001/18;

Manter, de forma permanente e atuante, discussões, articulações e projetos que consagrem, de forma ampla e consciente, o melhor interesse de crianças e adolescente, da sociedade e que promovam o ECA e a doutrina da proteção integral;

